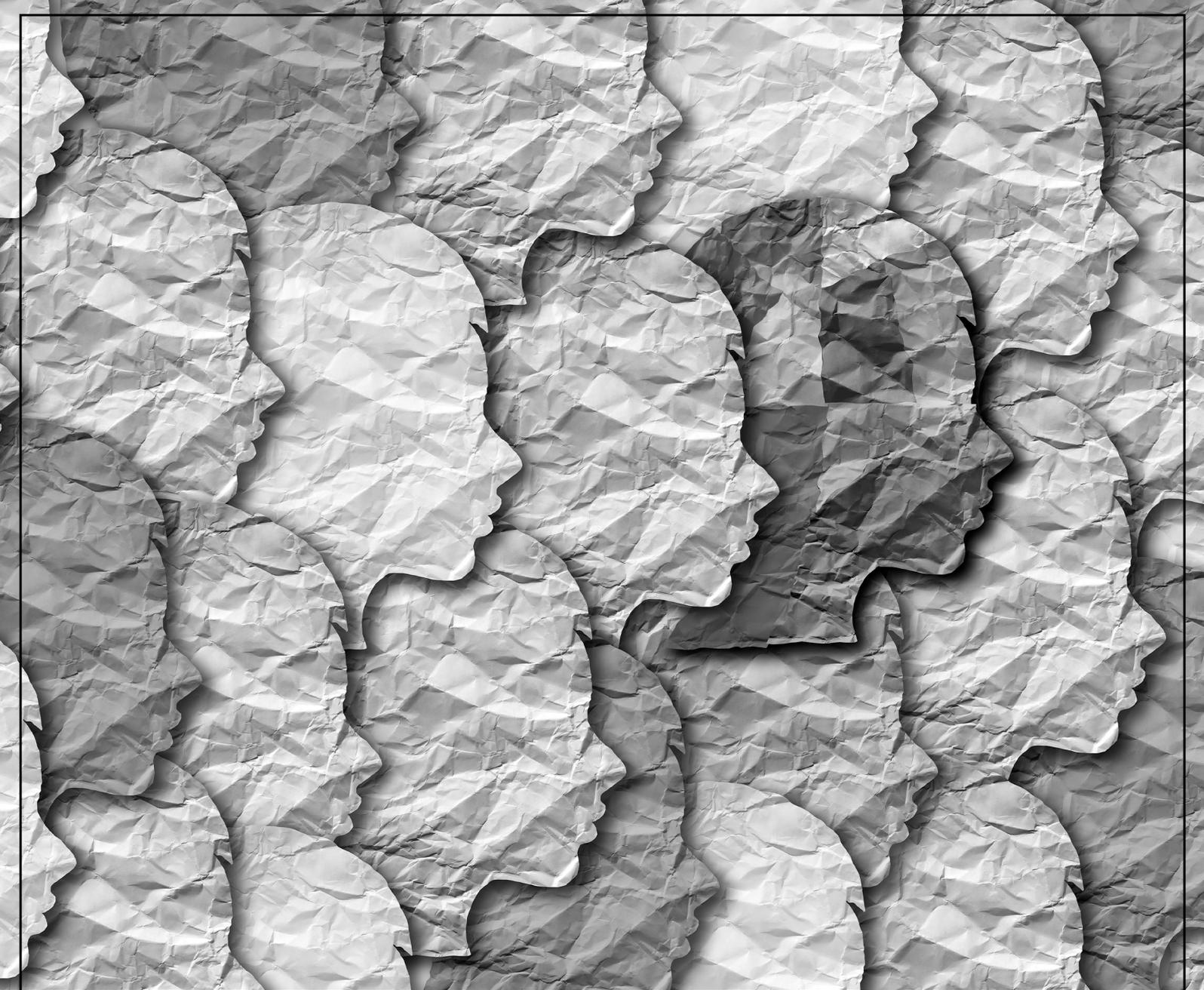




Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ações e implicações para a (ex)inclusão

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A185 Ações e implicações para a (ex)inclusão 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-274-6

DOI 10.22533/at.ed.746201008

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão
social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange
Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Uma teoria completa do olhar (sua origem, sua atividade, seus limites, sua dialética) poderá coincidir como uma teoria do conhecimento e com uma teoria da expressão [...]. O olhar não está isolado [...]. Olhar não é apenas dirigir os olhos para perceber o “real” fora de nós. É, tantas vezes, sinônimo de cuidar, zelar, guardar, ações que trazem o outro para a esfera dos cuidados do sujeito: olhar por uma criança, olhar por um trabalho, olhar por um projeto [...]. Alfredo Bosi, 2000

O presente e-book busca compreender um universo ambíguo, o universo do corpo. Falar desse universo não é outra coisa senão falar do ser humano. É pensar o humano a partir das práticas culturais voltadas ao corpo, sobre as formas que os seres humanos constroem, seus modos e costumes, seus valores, suas técnicas corporais, suas práticas de alimentação, saúde, sexo e educação (SOARES, 2007).

A respeito da participação e interação em vários setores da sociedade, de modo específico na Educação, alguns estabelecimentos de ensino e outros profissionais podem elencar que uma maneira de tornar o espaço educacional mais e suas implicações, percebemos que o direito à aprendizagem deve acontecer independentemente de existir ou não um profissional especialista. Por outro lado, a inclusão remete ao esforço de todos. Que comecemos, pois, dentro de nossas salas de aulas, a refletir sobre a inclusão, enxergando o quanto a atuação deste profissional está investida de parceria, acolhimento e troca de saberes. **Eliminar barreiras faz a deficiência deixar de ser fator de exclusão.**

No âmbito da educação superior no Brasil, a base estrutural foi tradicionalmente sendo moldada e sistematizada para atender à reprodução e manutenção das relações do mercado capital e, portanto, apresenta características profissionalizantes. No início da Primeira República, já estavam evidentes as características elitista e excludente, historicamente determinadas que, de forma engenhosa, atribuíam à educação o papel de garantir a reprodução das relações de produção escravistas que tiveram início no período imperial, perpetuando-se com a chegada das primeiras universidades. Dessa forma, a estrutura social capitalista, através do seu sistema econômico, foi relevante para a origem das primeiras universidades, atendendo às exigências locais do mercado (SHEEN, 2000). Ao comparar o total de matrículas nas IES brasileiras em 2007 (6,7 milhões), as Instituições Privadas de Educação Superior apresentaram 72% das matrículas de estudantes com deficiência. Entretanto, a análise das matrículas de alunos com deficiência no período compreendido entre 2008 e 2010 mostrou uma variação significativa nas instituições públicas de ensino superior, destacando a espera, de que as IES privadas oportunizem um número superior de alunos com deficiência, pois é preciso considerar que apresentam um número de vagas muito superior às IES públicas, conforme demonstração das vagas de alguns cursos pelas IES públicas e privadas no ano de 2011. Este cenário apresentou mudança, principalmente nos últimos dez anos. Em 2011 o total de matrículas nas IES

brasileiras era de 6,7 milhões. Destas, 77% eram em instituições privadas, e o restante em universidades públicas. O crescimento das matrículas em 2010 foi de 7,1% em relação ao ano de 2009. No período 2011 a 2013, o número de alunos no ensino superior cresceu 16,8%, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Nos últimos 10 anos, a taxa média de crescimento anual foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada. Em 2013, a rede privada teve uma participação superior a 80% no número de ingressos nos cursos de graduação. No período 2012 e 2013, o número de matrículas cresceu 3,8%. Sendo, 74,0% deste total nas IES privadas (INEP, 2013, p. 05). O Censo da Educação Superior, MEC/Inep/Deed registrou 20.019 alunos com deficiência matriculados na graduação, “o que corresponde a 0,34% do total. O tipo de deficiência predominante foi baixa visão (30%), seguido da deficiência auditiva (22%) e da deficiência física (21%)” (INEP, 2010, p. 21). Pavani e Pozenato (1977), considerando as reformas universitárias, ressaltam que não se trata apenas de leis, decretos, portarias ou medidas legais; uma reforma universitária implica duas proposições fundamentais: na política universitária e na mudança da estrutura e funcionamento das instituições de Ensino Superior. Cabe lembrar que o Estado legitimou compromissos em documentos nacionais e internacionais que ensejam atender essa demanda, o que implica também maior destinação orçamentária para que as ações sejam executadas.

Embora haja críticas acerca da integração e inclusão, bem como a forma que foram redigidas as legislações, observa-se que houve um grande impacto político-social brasileiro e que o número de alunos matriculados no ensino, seja ele público ou privado, aumentou consideravelmente nos últimos anos de 2013 a 2019, dados do Censo da matrícula inicial demonstram que é crescente o número de alunos especiais matriculados na rede regular de ensino. As dificuldades e desafios que possuem os atores envolvidos no processo inclusivo são compreensíveis, mas vale ressaltar que estudar e discutir o tema faz surgirem reflexões sobre o quanto o país se desenvolveu e precisa continuar avançando para que a pessoa com deficiência possa viver de forma plena e desfrutar dos seus direitos. Salienta-se que, embora não se pretenda esgotar as discussões quanto à temática, este estudo possibilitou alcançar os objetivos propostos, além de fornecer ao leitor uma visão holística sobre as desafiadoras políticas educacionais inclusivas. Assim, conclui-se que o debate sobre inclusão das pessoas com deficiência precisa se enraizar na estrutura interna da universidade e nas políticas públicas de Estado que ainda possui ondas conservadoras muito forte que sufocam os movimentos contra-hegemônicos, dificultando os avanços.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EFICIÊNCIA DA EQUOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Geovana Silva Wertonge Eliandra Vieira Simões Sabrina Fernandes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7462010081	
CAPÍTULO 2	15
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA SOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Marco Aurélio Alves de Souza Michele Bulhosa de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7462010082	
CAPÍTULO 3	22
AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA CEGA: OS DESAFIOS DE ALFABETIZAR ESSE ALUNADO	
Cristina Bressaglia Lucon	
DOI 10.22533/at.ed.7462010083	
CAPÍTULO 4	32
ESCOLA POLO PARA ALUNOS SURDOS: EXPERIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BAGÉ	
Francine Carvalho Madruga Ingrid da Silva Torma	
DOI 10.22533/at.ed.7462010084	
CAPÍTULO 5	37
FATORES DE VULNERAÇÃO DE ESTUDANTES COM O TDAH SOB O ESCOPO DA BIOÉTICA DE PROTEÇÃO: UM ESTUDO DE CASO	
Simone Schelbauer Moreira Paes Daiane Priscila Simão-Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7462010085	
CAPÍTULO 6	42
GNOSIOLOGIA NAS INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISAS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Claudionor Renato da Silva Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges	
DOI 10.22533/at.ed.7462010086	
CAPÍTULO 7	52
INCLUSÃO E (EX) CLUSÃO: A MULHER NA ESCOLA NO BRASIL: 1910 - 1985	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Alexandre Filho Pamela Alves Batista Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Patrick Pereira	

Monica Soares
Marilurdes Cruz Borges
DOI 10.22533/at.ed.7462010087

CAPÍTULO 8 65

LIBRAS IFZN: DESENVOLVENDO UM APLICATIVO INCLUSIVO

Moisés Abraão Sousa de Oliveira
Gueidson Pessoa de Lima
Diego Silveira Costa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.7462010088

CAPÍTULO 9 78

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ABORDAGENS PEDAGÓGICAS E SOCIOEMOCIONAIS PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NOS MUNICÍPIOS DE CUBATÃO E SANTOS

Edna Diniz dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7462010089

CAPÍTULO 10 84

O LÚDICO COMO FACILITADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇA COM AUTISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Maria de Lourdes Ferreira Medeiros de Matos
Alcemar Antônio Lopes de Matos
Nadir Francisca Sant'Anna

DOI 10.22533/at.ed.74620100810

CAPÍTULO 11 95

O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Catarina Janira Padilha
Leila Soares de Souza Perussolo

DOI 10.22533/at.ed.74620100811

CAPÍTULO 12 106

O PARAGUAI NA TELEVISÃO BRASILEIRA, O ESTIGMA DA FALSIFICAÇÃO OU PIRATARIA E A RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Roberta Brandalise

DOI 10.22533/at.ed.74620100812

CAPÍTULO 13 120

O TRABALHO MULTIPROFISSIONAL NO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM TEA EM UM SERVIÇO DE REABILITAÇÃO INTELECTUAL NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Natielle Lopes Borges
Priscila da Costa Soares

DOI 10.22533/at.ed.74620100813

CAPÍTULO 14 129

PRÁTICAS DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ALTO ARAGUAIA

Osmar Quim
Edineiva Gimenes Rocha

DOI 10.22533/at.ed.74620100814

CAPÍTULO 15	142
SOMOS TODOS DIFERENTES, MAS NOSSO MUNDO É IGUAL	
Cristiane Pereira Gonçalves	
Luana Farias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.74620100815	
SOBRE A ORGANIZADORA	147
ÍNDICE REMISSIVO	148

O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Data de aceite: 04/08/2020

Data de Submissão: 04/05/2020

Catarina Janira Padilha

Doutoranda em Ciências da Educação – UEP/PY

Boa Vista – RR

Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/8477333886795239>

Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-3607-3127>

Leila Soares de Souza Perussolo

Doutora em Ciências da Educação – UEP/PY

Boa Vista – RR

Lattes iD <https://lattes.cnpq.br/1831290191759989>

Orcid iD <https://orcid.org/0000-0001-9809-2174>

RESUMO: Este estudo apresenta como tema: “O Papel do Atendimento Educacional Especializado na Alfabetização de alunos com Deficiência Intelectual”. Ele é o resultado das experiências vivenciadas durante o Atendimento Educacional Especializado na escola pública de Boa Vista - Roraima. O objetivo deste trabalho foi analisar como o AEE tem contribuído para o desenvolvimento global do aluno com Deficiência Intelectual. A metodologia utilizada teve como aporte metodológico estudo de caso de análise qualitativa de natureza exploratória, descritiva e participante, bibliográfica, documental e de campo que corroboram para subsidiar a análise das experiências. O período de observação, reflexão e registro das ações aconteceram

no período de 2008 a 2019. Estas reflexões contribuíram para a reflexão da prática docente e de como o aluno tem apresentado os seus avanços através das intervenções.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Intelectual, Prática Docente.

THE ROLE OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE IN THE LITERACY OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

ABSTRACT: This study has as its theme: “The Paper of Specialized Educational Assistance in Literacy for Students with Intellectual Disabilities”. It is the result of the experiences lived during the Specialized Educational Service in the public school of Boa Vista - Roraima. The objective of this work was to analyze how the ESA has contributed to the global development of students with Intellectual Disabilities. The methodology used had as methodological support a case study of qualitative analysis of an exploratory, descriptive and participatory, bibliographic, documentary and field nature that corroborate to support the analysis of the experiences. The period of observation, reflection and recording of actions took place from 2008 to 2019. These reflections contributed

to the reflection of teaching practice and how the student has presented his advances through interventions.

KEYWORDS: Specialized Educational Service, Intellectual Disability, Teaching Practice.

1 | INTRODUÇÃO

Para se desenvolver uma educação democrática é necessário ser levado em consideração às diferenças individuais, sendo assim é oferecer oportunidades de aprendizagem conforme as habilidades e potencialidades dos alunos. Nesse sentido alunos com Deficiência Intelectual ou com outra deficiência merecem ter acesso a práticas educacionais que atendam as suas necessidades, possibilitando um melhor desenvolvimento de suas habilidades.

O documento Saberes e Práticas da Inclusão do Ministério da Educação - MEC, publicado em 2003, aponta para a necessidade de apoiar as escolas públicas, a fim de garantir a esses alunos, condições de acessibilidade, recursos materiais, físicos e técnicos apropriados para responder as suas necessidades educacionais especiais.

O avanço teórico tem sido considerável, porém, ainda há uma grande distância entre a teoria e a prática vivenciada nas escolas públicas, o que tem acarretado dúvidas, ansiedades e até mesmo a descrença entre professores e famílias com relação à viabilidade do processo de inclusão de crianças com Deficiência Intelectual.

Nesse sentido a escola se transforma em um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela em papel primordial no desenvolvimento da criança, pois é neste espaço que as relações de convivência no coletivo diversificado e fora do contexto familiar passam a existir.

Sendo assim, o espaço escolar é um dos principais locais que se estabelece o respeito à diversidade, onde se efetiva o respeito às diferenças. Neste espaço não se pode permitir a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim deve ser a escola a norteadora de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltada para a construção de contextos sociais inclusivos.

A educação inclusiva pode desempenhar importante papel de transformação cultural em relação à Deficiência Intelectual, principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre os mitos e estereótipos atribuídos ao longo dos tempos, repleta de barreiras atitudinais que influenciam as relações sociais, as formas de interação e a formação do outro conceito dessas pessoas.

Vários estudos revelam que a definição Deficiência Intelectual, por si só, não acarreta dificuldades cognitivos, emocionais e de adaptação social. Entretanto, as formas de interação, comunicação e significados socialmente construídos são fatores determinantes para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social dessas crianças.

O presente estudo expressa uma forma de reflexão sobre a prática pedagógica do

Atendimento Educacional Especializado na escola pública da rede municipal de Boa Vista - RR ao atender crianças com Deficiência Intelectual.

O compartilhamento das experiências e reflexões da prática docente junto aos alunos no AEE ocorrido durante o período de 2008 a 2019, faz com que possamos quebrar paradigmas sobre o desenvolvimento da alfabetização da pessoa com Deficiência Intelectual.

2 | A APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O letramento pode ser definido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico em contextos específicos e com objetivos específicos. O letramento evidencia o aspecto social da leitura e da escrita, destacando a escola como espaço, estimulador, ou seja, um ambiente de aprendizagem formal.

Os resultados das observações e intervenção dos recursos metodológicos apontam que as aprendizagens da leitura e da escrita dos alunos atendidos no AEE evidenciam que o contato com a leitura e escrita com diferentes tipos de leitura (livros, revistas, jornais, gibis) despertam o interesse e participação desses alunos.

O desejo de participar das ações que envolvem a leitura e escrita está relacionado à forma de como os alunos identificam a função dessas atividades ao serem desafiadas a realizar atividades contendo maior ou menor grau de dificuldades e com funções sociais.

O uso de diversos gêneros textuais estimulam os alunos a desenvolver estratégias de interpretar o texto, Estes também reconhecem a relação fonema-grafema, sem, contudo, realizar a síntese da mesma, decodificando cada uma das unidades que forma a palavra, mas com dificuldade de atribuir sentido ao texto.

Destaca-se assim que a aprendizagem nesse caso requer um período mais longo para aquisição da língua escrita, no entanto, os alunos com deficiência desenvolvem os níveis de escrita descritos por Ferreiro e Teberosky (1985) conforme os estímulos recebidos e tempo de maturação cognitiva.

Os alunos desenvolvem estratégias próprias para compreender as regras do funcionamento alfabético, o que significa que as crianças não apenas apropriam dos conhecimentos envolvidos na resolução de tarefas, como também internalizam as estratégias empregadas pelo mediador, de acordo com cada situação-problema. (VYGOTSKY *apud* SMOLKA, 1991)

Nesse contexto, a mediação pedagógica consiste nas intervenções feitas pelo professor no sentido de apoiar passo a passo o aluno no desenvolvimento de uma atividade, quando ele demonstra dificuldade na realização da mesma ou, ainda, estimulá-lo no sentido de despertar seu interesse quando esse se mostra desmotivado para sua realização. Para tanto a elaboração do Plano de AEE que traçam objetivos a serem alcançados em

curto, médio e longo prazo, são essenciais visando o processo de desenvolvimento das funções mentais superiores e independência nas atividades através da adequação dos instrumentos.

A avaliação ocorre de forma contínua e sistemática, destinando-se a auxiliar a aprendizagem e a fortalecer a autoestima das crianças, contemplando aspectos como: oralidade, construção e reflexão sobre a constituição da escrita, significação e significado dos signos e símbolos.

Os resultados são registrados através de relatórios e anexados ao portfólio do aluno, sendo este um documento que acompanha todo o seu processo educacional. São grandes os desafios para promoção e desenvolvimento da Alfabetização no AEE e possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos alunos.

Mostrar como os alunos com deficiência intelectual internalizam, de modo crescente, a estratégia empregada por um mediador em atividades de leitura e escrita constitui uma importante contribuição para os educadores que lidam com esses alunos.

Segundo Teberosky (1995, p. 19), diz que:

“A alfabetização já não pode ser considerada como coisa artificial na vida de uma pessoa. É um processo natural que decorre da curiosidade da criança. Do mesmo modo que não há um método para ensinar a falar, não há um só método para escrever. O ambiente em casa é tão importante que é até correto supor que uma criança com estímulo familiar favorável possa tornar-se um auto-didata e aprender a ler e escrever sozinho”.

Considero que a escola tem o papel mediador da construção de relações efetivas, sociais e cognitivas, ressaltando que a convivência entre os alunos com deficiência intelectual e aqueles ditos normais resulta em benefícios mútuos do ponto de vista do desenvolvimento efetivo e social.

A escola se constitui, assim, um espaço de convivência e de enfrentamento do múltiplo e do diverso, no qual, pela via de variadas formas de mediação, ocorre a aquisição de instrumentos culturais legados de gerações anteriores.

A autora amplia esta responsabilidade para a família, pois o primeiro ambiente alfabetizador é em casa, mesmo que seja de forma indireta. Cabe a família e a escola oferecer um ambiente alfabetizador, através de jornais, revistas em quadrinhos, livros de historinhas, jogos pedagógicos.

Ensinando a criança o porquê de se ler e escrever, auxiliando diariamente nas atividades oral e escrita. Para Vygotsky (1991) “[...] O desenvolvimento cultural é mediado pela linguagem, pelos signos e significados, construído na interação contínua e permanente com o outro, abrindo novas possibilidades na construção do sujeito”.

Todo ser humano necessita viver em sociedade, não podendo de forma alguma

viver isolado, tem que estar interagindo com o meio em que vive para tornar-se uma pessoa crítica e participativa no meio social, pois é através dessa interação que constrói novos conhecimentos. Enfim todos precisam estar interagindo com o meio respeitando as dificuldades e limitações de todos.

A nova base prática do professor para atender as expectativas de melhoria no quadro da aprendizagem dos alunos está estruturada em desenvolver as reflexões no espaço escolar, principalmente na sala de aula, juntamente com os meus alunos, proporcionando uma análise e reflexão da prática, oferecendo desafios a serem alcançados.

Por isso é que não só deve ser utilizada a sala de aula como espaço de aprendizagem, mas todo espaço que seja disponibilizado para que a articulação entre o desenvolvimento das funções mentais e sociais possam a vir acontecer.

Assim como em criar melhores condições de ensino e de aprendizagem, não dispensa um bom planejamento de trabalho, seja ele anual, mensal, quinzenal ou mesmo diário. Ser livre para aprender e ensinar não implica em uma falta de limites e regras ou, ainda em cair num espontaneísmo de atuação.

3 | DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO:

A dinamização da reflexão sobre a aprendizagem do aluno com Deficiência Intelectual dá um novo significado profissional, pois busca do aprimoramento de prática pedagógica, refletindo sobre os saberes, favorecendo a análise e a reelaboração do processo de reconstrução do conhecimento durante a atuação em sala com os alunos.

Esses pontos ofereceram subsídios para repensar sobre o papel pedagógico, principalmente em como designar as ações, articulando novos horizontes emancipadores na perspectiva crítica, com a busca da construção da identidade.

O resgate da aprendizagem proporciona a ampliação da visão da ação educativa de forma contextualizada e multidimensional no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, levando a debater questões referentes ao processo de ensino – aprendizagem em ação articulatória com as áreas do conhecimento.

Porém, a produção e o desenvolvimento da aprendizagem não podem estar voltados a um único espaço, o espaço escolar, deve atender aos espaços pluriculturais, ao tempo e a linguagem do indivíduo como um todo. Não cabendo somente aos professores e escola o desenvolvimento da aprendizagem, ela deve ocorrer em vários espaços de busca, construção, diálogo e confronto e de fazer a reflexão e a organização entre outros elementos.

Portanto, para que venha ocorrer a aprendizagem é necessário que se trabalhe de forma diferenciada fundamentando e ampliando o preceito de diversidade de forma lógica e organizada.

Logo o 1º desafio da escola é o de compreender que o AEE não substitui o Ensino

Regular, no qual são desenvolvidas na escola oficinas de conscientização para os docentes e reuniões junto aos responsáveis dos alunos. Para ser desenvolvido o AEE o docente especializado realiza o estudo de caso da criança levantando dados sobre a vida familiar, social e escolar, este estudo é necessário, identifica as potencialidades do aluno.

O 2º procedimento é da elaboração do Plano de AEE que traçam objetivos a serem alcançados em curto, médio e longo prazo, visando o processo de desenvolvimento das funções mentais superiores e independência nas atividades de vida diária, através da adequação dos instrumentos utilizados conforme o Plano.

Os recursos utilizados no AEE são as mídias educativas, tecnologias assistivas e recursos pedagógicos. Esses instrumentos são aplicados durante os atendimentos duas vezes por semana com duração de 2 horas cada, ocorrendo no contra turno da criança.

Através dos temas geradores é que se faz a adaptação curricular. Esta adaptação não deve ocorrer apenas no AEE, mas principalmente na sala comum, tornando - se este o 2º desafio da escola pública, pois essa integralização tem ocorrido de forma lenta, uma vez que este processo não envolve apenas a organização de conteúdos que tenham maior relevância para o desenvolvimento das potencialidades da criança e sua aplicabilidade com recursos específicos, mas a mudança de postura profissional no sentido de que TODOS podem ser capazes de realizar ações e desenvolver a inteligência.

Partindo desse pressuposto, as atividades são aplicadas através de jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento do pensamento, a habilidade motora e sensorial do aluno. São úteis materiais como, sucatas, gravuras, quebra-cabeça, caça palavras, simbologias gráficas utilizadas na comunicação alternativa, objetos concretos para cálculos de matemática e outros.

A avaliação ocorre de forma contínua e sistemática, destinando-se a auxiliar a aprendizagem e a fortalecer a autoestima das crianças, contemplando aspectos como: atitudes, aptidões, estilos cognitivos, manifestações comportamentais, afetivos – emocionais do aluno.

Logo, a avaliação configura-se como elemento dinâmico no processo ensino – aprendizagem. Os resultados são registrados através de relatórios e anexados ao portfólio do aluno, sendo este um documento que acompanha todo o seu processo educacional. São grandes os desafios para alcançar de fato a Inclusão e o AEE nas escolas públicas como um todo, todos devem estar unidos em busca desse novo aprendizado.

Portanto, o sucesso da Inclusão e do AEE na escola pública decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. Consegue - se atingir esse sucesso, quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não apenas deles, mas de todos que fazem parte dela.

4 | O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE INTELECTUAL

A proposta do Atendimento Educacional Especializado pressupõe que a construção do conhecimento por pessoas com ou sem Deficiência Intelectual se dá na interação com a diversidade. Nesse contexto, a deficiência intelectual que se constitui em defasagem e alterações nas estruturas mentais para a construção do conhecimento não é concebida como ausência de capacidade de obstrução generalização ou aptidão.

Assim o direito à escolarização em classe comuns do Ensino Regular garante aos alunos com deficiência intelectual, bem como o atendimento educacional especializado que deve ser assegurado nas salas de recursos multifuncionais.

Nesses espaços de atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência intelectual, os professores realizam a mediação docente de forma a desenvolver os processos cognitivos, também chamados processos mental, que oportunizam a produção de conhecimentos.

Na sala de recursos multifuncionais para atendimentos educacionais especializados para alunos com deficiência intelectual, são realizadas as adequações necessárias para participação e aprendizagem desses alunos, por meio de estratégias teóricas metodológicas que lhe permitam o desenvolvimento cognitivo e a apropriação ativa do saber.

As atividades têm como objetivo o engajamento do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor.

O atendimento educacional especializado em sala de recursos devem se concretizar como complemento curricular, de modo que atenda as necessidades educacionais de alunos com deficiência intelectual, priorizando o desenvolvimento dos processos mentais, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.

Nessa perspectiva o aluno é trabalhado em todos os aspectos, cognitivos, sócio, afetivo, sensorial enfim, o seu desenvolvimento global. Para tanto, as atividades são voltadas para: percepção, memória, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros.

São realizadas também atividades de vida diárias, proporcionando ao aluno o conhecimento de seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente na busca de sua independência e na satisfação de suas necessidades.

É preciso também estimular a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações e por fim, propiciar a interação dos alunos em ambiente sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação.

É importante que o professor da Sala de Recursos faça uma reflexão sobre o papel e o desenvolvimento da aprendizagem ocorre pelo conjunto de ações didáticas no contexto real do aluno.

A necessidade de que se desenvolva uma prática diversificada para a obtenção do aprimoramento cultural, ético e pedagógico faz com que a aprendizagem e dos alunos se torne flexível e rica em seu dimensionamento. Essa diversidade não ocorre somente na instância escolar, porém é necessário que esse processo seja desenvolvido na formação tanto do professor como do aluno.

Sendo assim, é imprescindível buscar desenvolver atividades que integram ações que promovam as funções mentais durante o ato da execução da reflexão individual ou de forma coletiva na troca de informações.

O fracasso escolar e as condições sociais e culturais, ocorridas ao longo dos tempos provocaram situações que levem o docente à reflexão para a melhoria da intervenção pedagógica, isso se dá pelos movimentos das abordagens de desenvolvimento cognitivo em busca de alternativas para o surgimento da mudança de visão da escola pública no processo de inclusão.

Esses movimentos resultaram em uma reestruturação na qualificação do atendimento das pessoas com Deficiência Intelectual, principalmente na constituição do currículo, uma vez que:

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto – regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece. (MANTOAN & BATISTA, 2007, p.17)

A nova base prática do professor para atender as expectativas de melhoria no quadro da aprendizagem dos alunos está estruturada em desenvolver as reflexões no espaço escolar, principalmente na sala de aula, juntamente com os meus alunos, proporcionando uma análise e reflexão da prática, oferecendo desafios a serem alcançados.

Por isso é que não só deve ser utilizada a sala de aula como espaço de aprendizagem, mas todo espaço que seja disponibilizado para que a articulação entre o desenvolvimento das funções mentais e sociais possam a vir acontecer.

Assim como em criar melhores condições de ensino e de aprendizagem, não dispensa um bom planejamento de trabalho, seja ele anual, mensal, quinzenal ou mesmo diário. Ser livre para aprender e ensinar não implica em uma falta de limites e regras ou, ainda em cair num espontaneísmo de atuação.

O aluno com Deficiência Intelectual, como os demais, participa igualmente de todos esses momentos: planejamento, execução, avaliação, e socialização dos conhecimentos produzidos. Por mais que se pretenda construir um conhecimento a partir do “concreto”, ele não se esgotará da sua dimensão física.

A dinamização da reflexão sobre a aprendizagem do aluno com Deficiência

Intelectual dá um novo significado profissional, pois a busca do aprimoramento de prática pedagógica, refletindo sobre os saberes, favorecendo a análise e a reelaboração do processo de reconstrução do conhecimento durante a atuação em sala com os alunos.

Esses pontos ofereceram subsídios para repensar sobre o papel pedagógico, principalmente em como designar as ações, articulando novos horizontes emancipadores na perspectiva crítica, com a busca da construção da identidade.

O resgate da aprendizagem proporciona a ampliação da visão da ação educativa de forma contextualizada e multidimensional no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, levando a debater questões referentes ao processo de ensino – aprendizagem em ação articulatória com as áreas do conhecimento.

Porém, a produção e o desenvolvimento da aprendizagem não podem estar voltados a um único espaço, o espaço escolar, deve atender aos espaços pluriculturais, ao tempo e a linguagem do indivíduo como um todo. Não cabendo somente aos professores e escola o desenvolvimento da aprendizagem, ela deve ocorrer em vários espaços de busca, construção, diálogo e confronto e de fazer a reflexão e a organização entre outros elementos.

Portanto, para que venha ocorrer a aprendizagem é necessário que se trabalhe de forma diferenciada fundamentando e ampliando o preceito de diversidade de forma lógica e organizada.

Para que o professor da Sala de Recursos execute a sua prática é importante que ele utilize alguns recursos atrativos para que o aluno tenha um bom desenvolvimento na vida escolar, social e pessoal.

O levantamento das informações através do estudo de caso (entrevista com a família, leitura dos relatórios do aluno, primeiros contatos com a criança) torna-se imprescindível, com base a essas informações é elaborado o Planejamento de Atendimento Educacional Especializado para a execução da prática docente, orientação e auxílio na adaptação curricular junto ao professor da sala regular, produção do relatório Bimestral de atendimento e evolução do aluno e da Sala de Recursos.

Entretanto, verifica-se que desenvolver essa prática tem sido desafiador para o docente, principalmente para aquele que possui alunos inclusos com deficiência intelectual, assim como escola, tem encontrado dificuldades em adequar o seu espaço e principalmente em realizar a intervenção pedagógica, no sentido de atender as potencialidades dos alunos. Fez-se necessário desenvolver um trabalho de acompanhamento e investigação de como esse processo vem acontecendo.

A capacitação de profissionais na área da Educação Especial, a falta de preparo da escola, de ambiente físico e de material adequado, são alguns pontos geradores do problema, sem contar a falta de conhecimento e de apoio da sociedade que promovem o desequilíbrio educacional no que se refere ao processo de inclusão escolar.

Logo, há uma necessidade de que aconteça toda uma adequação no sistema

educacional, principalmente no currículo escolar de forma que venha realmente atender os anseios da sociedade.

Nessa premissa, a escola estará se transformando e se adaptando às necessidades que exige a inclusão. É importante também que a criança passe a visualizar o ambiente escolar como um local agradável, que venha a lhe proporcionar um aprendizado efetivo, tanto no ponto de vista afetivo, como social. Sendo assim, a adaptação curricular necessita ser construída através da análise dos conteúdos que venham a ter sentido e significado para a criança.

Essa análise necessita ser avaliada por uma equipe multiprofissional, pois é através do conjunto de especialistas que é analisado se os conteúdos e estratégias a serem utilizadas promoverão progresso individual, com base em seus talentos e habilidades naturais, sem compará-las com a turma, uma vez que a adaptação curricular não acontece apenas para o aluno incluso, mas para todos os alunos da escola que ela esteja contemplada no Projeto Político Pedagógico e que de fato seja aplicada.

Através das visitas *in loco* nas escolas da rede municipal de Boa Vista que fazem a integralização do aluno com deficiência intelectual, pode ser detectado que estas se encontram em fase de readequação do Projeto Político Pedagógico para que se possam adequar às adaptações curriculares que venham a atender às reais necessidades dos alunos inclusos, assim como a todas as crianças que frequentam as escolas.

Outro ponto salutar é que as escolas têm desenvolvido oficinas de capacitação para os docentes no que se refere à adaptação de planejamento e adequação dos materiais pedagógicos e de recursos de tecnologia assistiva, nas quais os docentes têm proporcionado oportunidades de diversificação metodológica nas suas atividades em sala de aula.

5 | CONCLUSÃO

Verifica-se que o processo de inclusão do aluno com deficiência, principalmente daquele com Deficiência Intelectual, e a escola como um todo tem encontrado dificuldades em adequar o seu espaço e principalmente em realizar a intervenção pedagógica, no sentido de atender as potencialidades dos alunos.

Considera-se que a adaptação curricular tem ocorrido gradativamente nas escolas municipais de Ensino Fundamental de Boa Vista, principalmente em como o professor vem realizando a adaptação de atividades que vão ajudando a criança inclusa a ter mais autonomia nas atividades de vida diária e na promoção do seu desenvolvimento intelectual nos demonstrando avanço no sentido de que as escolas têm buscado desenvolver um trabalho que atenda, de fato, a reais necessidades da criança nos seus mais variados aspectos.

São grandes os desafios para alcançar de fato a Inclusão e o AEE nas escolas públicas como um todo, todos devem estar unidos em busca desse novo aprendizado. Ao longo dessa jornada, várias foram às dificuldades encontradas, porém cada avanço, por menor que fosse, passou a ser uma grande conquista.

Logo, considero que a escola pública tem buscado ser organizada para melhor atender o aluno com Deficiência Intelectual nas classes regular de ensino, porém o número de profissionais habilitados em Atendimento Educacional Especializado que auxiliam no processo de alfabetização e escolarização como um todo, assim como em seu desenvolvimento e integração social ainda se encontra em número reduzido.

Portanto, o sucesso da Inclusão e do AEE na escola pública decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. Consegue-se atingir esse sucesso, quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas de todos que fazem parte dela.

Para os desafios da escola pública e de Boa Vista considera-se que o processo educacional como um todo tem buscado a promoção das crianças especiais, e estes têm apresentado resultados significativos, promovendo a iniciação da autonomia escrita, assim como as estruturações do pensamento lógico têm sido apresentadas de forma coerente levando em consideração o grau da deficiência.

REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais** / coordenação geral: SEESP/MEC; organização: M. S. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2003. 58 p. (Saberes e práticas da inclusão ; 4)

_____. **Atendimento Educacional Especializado -. Deficiência Mental.** – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Atendimento Educacional Especializado – Orientações Gerais e Educação a Distância.** – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** São Paulo: Cortez, 1985

MANTOAN, T. E.; Batista, M. J. In BRASIL, Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado -. Deficiência Mental.** – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SMOLKA, A.L.B. **A prática discursiva na sala de aula: uma perspectiva teórica e um esboço de análise.** In cadernos da CEDES 24 – Pensamento e Linguagem: estudos na perspectiva soviética. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

TEBEROSKY, A. **Aprendendo a Escrever.** São Paulo: Ática, 1985.

VIGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acompanhamento de crianças 120, 123, 125, 127

Alfabetização 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 61, 95, 97, 98, 99, 105, 132

Alunos surdos 32, 34, 35, 36

Ambiente institucional 15, 17, 18, 21

Aplicativo inclusivo 65, 69

Atendimento educacional especializado 22, 23, 29, 34, 78, 79, 95, 97, 101, 103, 105, 136

Autismo 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 69, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 123, 128

Autista 1, 2, 3, 13, 14, 19, 78, 79, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 120, 121, 123, 127, 128, 136, 137, 138, 146

C

Cega 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29

Criança 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 60, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 98, 100, 103, 104, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 146

D

Deficiência intelectual 13, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 122

Desenvolvimento 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 25, 28, 34, 35, 52, 53, 60, 61, 65, 67, 68, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 136, 137, 138, 141, 143, 146

Desigualdade 64, 109

Diferentes 27, 35, 43, 55, 56, 57, 63, 79, 87, 90, 92, 97, 108, 110, 128, 131, 136, 142, 144, 145, 146

E

Educação sexual 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 147

Equoterapia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Escola 1, 5, 13, 22, 23, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 64, 70, 78, 79, 80, 82, 85, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 118, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

Espectro autista 1, 2, 3, 13, 14, 19, 78, 79, 87, 89, 92, 120, 121, 123, 127, 128

Estigma 25, 53, 106, 110, 115, 117, 118

F

Falsificação 106, 107, 110, 111, 112, 115, 117

Fronteira 106, 107, 110, 111, 117, 118

I

Igualdade 20, 29, 37, 39, 40, 62, 66

Inclusão 18, 19, 20, 22, 23, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 52, 65, 66, 67, 69, 71, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 122, 129, 130, 131, 132, 137, 139, 140, 142, 143, 147

Inclusão social 18, 20, 66, 84, 85, 91, 93

L

Libras 32, 33, 35, 36, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 146

Lúdico 11, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 144

M

Mundo 5, 11, 13, 19, 26, 29, 33, 48, 54, 55, 57, 62, 66, 68, 70, 84, 90, 91, 94, 117, 130, 137, 140, 142, 144, 145

P

Paraguai 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 117

Pedagogia 13, 23, 31, 50, 59, 147

Pessoas com deficiência 3, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 28, 67, 123, 128

Pirataria 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Práticas de inclusão 129

Primeira infância 84, 85, 87, 90, 120, 121, 122, 123

R

Resistência 106, 110, 117

S

Serviço de reabilitação intelectual 120

Socialização 4, 8, 9, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 92, 102

Socioemocionais 78

T

TDAH 37, 38, 39, 40

TEA 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 78, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 92, 93, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

Televisão brasileira 106, 107, 113, 116, 118

Trabalho multiprofissional 120, 121, 127

Transtorno 1, 2, 3, 13, 14, 19, 37, 38, 39, 40, 69, 78, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 92, 120, 121, 123, 124, 127, 128

Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ações e Implicações para a (Ex)Inclusão 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2020